



Assembleia Municipal de Odivelas

ATA Nº 20/2012

ATA DA 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2012 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano dois mil e doze, pelas vinte horas e vinte minutos reuniu a Assembleia Municipal de Odivelas, em 16ª Sessão Extraordinária de 2012, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Sérgio Constantino Paiva, António Real da Fonseca, José Carlos Pires, como 1º e 2º Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – Segurança no Concelho de Odivelas-----

PONTO 2 - Prémio de distinção empresarial - Proposta de regulamento e formulário de candidatura-----

PONTO 3 - Proposta de atribuição de medalhas municipais no âmbito do 14º Aniversário do Município de Odivelas - Medalha de Honra do Município, Grau Ouro-----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Nos termos legais aplicáveis, realizou-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do PSD, o Membro da Assembleia Municipal, **Paulo Pinheiro**, pelo Membro **Aftab Altaf Tayob**.-----

Na bancada do CDS/PP, o Membro da Assembleia Municipal, **Miguel Xara Brasil**, pelo Membro **Luís Costa**.-----

Na bancada da CDU, o Membro da Assembleia Municipal, **Joaquim Campos** pelo Membro **Adventino Amaro**.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença dos **37** Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado as ausências dos Membros da Assembleia Municipal Fátima Amaral e João Figueiredo, ambos pela bancada da CDU e Presidente de Junta de Freguesia do Olival Basto, Joaquim Farinha, pela bancada do PS -----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, pela Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Susana Amador e os Senhores Vereadores que compõem o executivo camarário, tendo-se registado as ausências dos Senhores Vereadores, Paulo Aido, Hernâni Carvalho, como Independentes, Maria da Luz Nogueira, pela bancada da CDU, Mário Máximo, pela Bancada do PS.-----

Pelo Sr Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à consideração do plenário o pedido de suspensão de mandato do Membro Maria João Nascimento, pelo período não inferior a seis meses, tendo sido Aprovado por Unanimidade.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, propôs que se desse início ao **Período das Intervenções Políticas de Interesse Relevante**, tendo usado da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Pela bancada do **BE**, foi apresentada uma Moção sobre **“Solidariedade com os profissionais da comunicação social, em nome de uma comunicação social livre”**, que seguidamente se transcreve: (documento nº1).-----

“Tendo em conta que: -----

- 1 - A existência de comunicação social livre é condição uma condição essencial para a existência de uma democracia plena; -----*
- 2 - As tentativas de controlo dos meios de comunicação social, por parte do poder político, económico e outros têm vindo a suceder-se, no país e um pouco por todo o mundo; -----*
- 3 - A melhor forma de resistir a essas tentativas, que a generalidade das democracias encontraram, foi a criação de serviços públicos de comunicação social, que garantem a toda a população acesso a produtos culturais, informativos e lúdicos; -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

4 - A concentração, cada vez mais acelerada, dos órgãos de comunicação social em grandes grupos de media tem levado ao estrangulamento do mercado da comunicação social, nas mãos de pouquíssimos proprietários, aumentando significativamente os riscos de monopolização dos meios de produção de informação; -----

5 - Associada a esse processo de concentração, a precarização das relações laborais no mundo dos media tem vindo a acentuar-se, potenciando a produção de trabalhos rotineiros em detrimento do desenvolvimento de projetos mais exigentes do ponto de vista dos custos financeiros e, até mesmo, profissionais; -----

6 - No atual contexto de crise económica e política, temos assistido à venda de projetos de comunicação social a grupos mais ou menos desconhecidos, têm sido anunciados planos de reestruturação de jornais e outras medidas que passam fundamentalmente pelo despedimento de profissionais e consequente redução da qualidade e capacidade das respetivas redações; -----

7 - O número de projetos de comunicação social no concelho de Odivelas e em todo o país tem vindo a diminuir drasticamente, degradando de forma decisiva a capacidade de leitura, análise e decisão dos cidadãos e cidadãs. -----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em sessão plenária a 25 de Outubro de 2012, por proposta do Bloco de Esquerda, delibera: -----

1 - Manifestar total solidariedade a todos os profissionais que têm lutado pela defesa de uma comunicação social livre e independente, batendo-se veementemente pela manutenção dos seus postos de trabalho; -----

2 - Condenar todos os processos de despedimento, promovidos pelo Estado ou por entidades privadas altamente lucrativas, que conduzam a degradação dos serviços de comunicação social; -----

3 - Manifestar total concordância com a existência de um serviço público de rádio e televisão, prestado por um operador público, nos parâmetros estabelecidos pela Constituição da República Portuguesa, opondo-se, desta forma, às intenções manifestadas pelo Governo de privatização da RTP ou de outros serviços noticiosos; -----

4 - Enviar esta moção a todos os grupos parlamentares, ao Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, ao Sindicato dos Jornalistas e à comunicação social." -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"Em julho nós apresentámos aqui uma reclamação de muitas pessoas da Póvoa Stº Adrião a propósito de uma rotunda inacabada, e a má sinalização que havia no Casal do Monte, e anteontem houve mais um acidente, e continua a haver, porque está mal sinalizada, foi dito aqui na Assembleia Municipal a questão da má sinalização. Portanto, pelos vistos ninguém se preocupa ao fim destes meses todos, enquanto for



Assembleia Municipal de Odivelas

só chapa, pelos vistos as pessoas estão pouco preocupadas, mas so quando morrer lá alguém logo irão fazer alguma coisa. Vou entregar agora fotografias, apesar de ver mal, mas para ver se evitam casos extremos.”-----

Adventino Amaro, pela bancada da **CDU**, proferiu uma declaração politica que seguidamente se transcreve:-----

“O Governo apresentou na Assembleia da República uma proposta de orçamento que de inevitável não tem nada; é apenas a opção cega e determinada de um Governo que quer continuar a transferir fundos públicos para o grande capital, em particular financeiro, que quer continuar a entregar empresas públicas ao setor privado, nem que para isso tenha de destruir o país e a vida dos portugueses. -----

A proposta de Orçamento para 2013 constitui um assalto fiscal como nunca antes ocorreu. A teimosia do Governo é cega. Consiste no aumento brutal de carga fiscal num contexto de manutenção de um quadro recessivo da economia e de reforçado aumento do desemprego, isto é, de diminuição da atividade económica (ou seja de mais falências), da diminuição do emprego, (isto é de menor volume de rendimentos), e da diminuição do consumo (consequência de menor poder de compra e de procura interna). -----

A teimosia do governo é cega. Teima em tentar aumentar a receita fiscal à custa de quem trabalha, esquecendo que em 2012, a receita fiscal atingiu já a exaustão fiscal face à recessão económica em que os orçamentos da política de direita mergulharam o País e em que, segundo os resultados da execução orçamental do 3º trimestre, já se verificou uma forte diminuição das receitas fiscais. -----

No entanto o governo volta a teimar na mesma receita, ou seja a do aumento dos impostos e da tributação do trabalho. Ou seja, o aumento do IRS superior a 30%, isto é, mais 2800 milhões de euros que em 2012. Estes aumentos, ao contrário do que afirmou o Ministro das Finanças, têm um carácter degressivo, violando por isso claramente a Constituição. De facto, é nos escalões mais baixos de pagamento de imposto que o saque fiscal é maior. A título de exemplo: -----

- um contribuinte solteiro com rendimento de 600 euros mensais, teria um aumento de 58,1% no imposto a pagar; -----

- um casal com 1 filho que receba no conjunto 1200 euros mensais, teria uma aumento de 74,4% do imposto a pagar. -----

Em qualquer dos casos estes aumentos são os percentualmente mais elevados do leque de rendimentos sujeitos a imposto. -----

Mesmo no caso dos recibos verdes, em muitos casos falsos recibos verdes, os maiores aumentos são nos rendimentos até mil euros, chegando a atingir neste caso os 85,4% de aumento. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

A proposta de orçamento para 2013 prevê um aumento de IRC de 3,9%, mais 173 milhões de euros, valor que, não tendo em conta o aumento das falências das PME, dá bem a dimensão da indigência da tão proclamada tributação acrescida dos grupos económicos. -----

Prevê o Governo um aumento do conjunto dos impostos indiretos de +3,1%, ou seja de mais +581 milhões de euros, dos quais 292 milhões de euros de IVA, num contexto em que a procura interna e o consumo vão certamente continuar a diminuir. -----

Prevê o Governo aumento de receita em todos os restantes impostos, à exceção do ISV, incluindo um aumento do IMI em 340 milhões de euros. -----

Ao mesmo tempo que o Governo teima, de forma quase criminosa, em não descer o IVA da restauração para 13%, anuncia, numa operação que contou já com a cobertura opinativa de alguns ditos "fazedores de opinião", uma autorização legislativa para a introdução do IVA de caixa, quando se sabe que essa autorização já constava do Orçamento de 2012 sem que o Governo, ao contrário do que anunciou o Primeiro- Ministro em Setembro de 2011, tenha dado um passo sequer na sua concretização. -----

Esta proposta nada tem de equitativo, já que, enquanto a carga fiscal se abate de forma brutal sobre quem trabalha, sobre os reformados e os pequenos empresários, o Governo continua a permitir que os Lúfros das grandes empresas e grupos económicos se refugiem na Holanda, no off-shore da Madeira e noutros esquemas de fuga e evasão. -----

Para além disso, o Governo anuncia um regime especial de deduções e de incentivos fiscais ao investimento empresarial, em especial o estrangeiro o que mostra bem o carinho com que o Governo trata os grupos económicos e cria todas as condições para continuar a vender empresas públicas estratégicas para a economia nacional e para o País. -----

Com esta proposta de Orçamento o Governo agrava o seu papel de contribuinte direto e indireto para o desemprego: indireto porque reincide numa política económica de destruição do emprego; direto porque se prepara para fazer o maior despedimento coletivo da história do país (e que se soma, lembre-se uma política continuada de despedimentos em muitas áreas da administração pública, como fez este ano letivo com os professores). -----

Quando se propõe a redução em 2% do número dos trabalhadores, e de 50% dos contratados a termo na função pública, ou quando, no mesmo plano, se propõe a redução em 20% (mais 3%) dos trabalhadores das empresas públicas de transportes relativamente ao número de recursos humanos existente em janeiro de 2011, está o governo a abrir caminho a milhares e milhares de despedimentos na administração pública e na Setor Empresarial do Estado, que se recusa a estimar por saber bem os efeitos devastadores que mais este anúncio poderia ter. -----

A proposta de orçamento para 2013 anuncia mais uma redução inaceitável das despesas em funções sociais e de cortes nas prestações sociais. -----

A violência neste aspeto não tem limites e a brutalidade dos números é esclarecedora: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Na Educação o corte é de 1125 milhões de euros relativamente a 2011, (4% do P18 em 2013 era 4,6% PIB em 2011, um corte nominal de 15% mas que em valor significa uma dotação ainda menor por causa da diminuição do valor do PIB). -----

Na Saúde, o corte é de 660 milhões de euros relativamente a 2011 (5,1% P19 2013, era 5,4% do PIB 2011). -----

Só para 2013, relativamente a 2012 o Governo anuncia mais um corte de 240 milhões de euros, só nos hospitais públicos EPE. Já agora ria Cultura, o corte é de tal monta que as despesas previstas fazem reduzir para metade as já insuficientes verbas desta área (0,1% do P18, sendo que em 2011 tinha sido 0,2% do PIB). -----

Nas prestações sociais, o corte é de 1040 milhões de euros e atinge em muitos casos proporções dramáticas. -----

No entanto em 2013 o país, ou seja, os trabalhadores — aqueles que em nada contribuíram para a situação económica a que Portugal chegou — vai pagar, só em juros, 8 mil milhões de euros ao FMI e à União Europeia, valor que corresponde a um ano inteiro de salários de todos os trabalhadores da Administração Pública; -----

8 mil milhões de euros enterrados no BPN, que davam para assegurar, durante 4 anos, a comparticipação total dos medicamentos receitados pelo Serviço Nacional de Saúde. -----

Os 6 mil milhões de euros que o governo deu à banca privada, davam e sobravam para o Estado ter comprado os quatro principais bancos privados e coloca-los ao serviço da economia nacional. -----

Estes exemplos são ilustrativos que todo o dinheiro roubado aos trabalhadores e ao povo, vai direitinho, para os grupos económicos e financeiros. Quando se fala em cortar as gorduras do Estado, é nos direitos à saúde, à educação e nos apoios sociais que PDS, CDS e P5 estão a pensar em cortar. -----

Por isso o PCP afirma que Há alternativa e que é possível uma política na base da constituição de um Governo Patriótico e de Esquerda. -----

Por isso o PCP afirma que há soluções para o País, que passam por: -----

- Rejeitar o pacto de agressão da troika; -----
- Libertar o país do domínio do grande capital nacional e transnacional, renegociar a dívida nos seus montantes, juros e prazos; -----
- Pôr Portugal a produzir substituindo importações por produção nacional; -----
- Parar com o processo de privatizações e retomar o controlo pelo Estado dos sectores e empresas estratégicas, como as dos transportes, energia, construção naval; -----
- Valorizar os salários e as pensões para dinamizar o mercado interno e evitar mais recessão e falências; -----
- Defender e desenvolver os serviços públicos, defender a soberania nacional; -----
- Afirmar a democracia e a Constituição da República Portuguesa. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*É pelo PCP defender intransigentemente estes objetivos que defende que para os atingir é necessário endurecer a luta, pois só a luta derrotará esta política e este governo. -----
Está nas mãos de cada português derrotar esta política e este governo e isso pode continuar com a adesão em massa à greve geral marcada pela CGTP para o próximo dia 14 de Novembro.” -----*

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

*“Nós assistimos este ano a coisas absolutamente incríveis, que é o que origina a política deste governo, a situação é sobre o banqueiro Ulrich do BPI, dizer que em vez do Estado dar subsídios, ele pode receber duzentas ou quinhentas pessoas, que ainda por cima seriam pagas pelo Estado a trabalhar no BPI, que as pessoas ficavam valorizadas. Claro que quem ficava valorizado sabemos bem o trabalho de escravo, estas pessoas já defendem o trabalho de escravo, é absolutamente impressionante, como é que isto pode ser dizer, uma pessoa que ganhou cento e quinze milhões apesar da crise, só este ano e até agora.-----
De facto é absolutamente impressionante como estas coisas acontecem e é isto a política deste governo, esta é ideologia que está por detrás de tudo, que é levar as pessoas à indigência, à miséria e agora até à escravatura, é absolutamente impressionante, de como é que é possível que estas pessoas tenham voz para defender estas posições até agora. Isso é possível, porque de facto há um governo que espalda posições destas e outras que têm acontecido até agora.”-----*

Duarte Barracas, pela bancada do **MPT**-----

Pelas 21h00m os trabalhos foram interrompidos.-----

Pelas 21h20m, os trabalhos foram retomadas.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a votação do documento nº1 acima referido, tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS, CDU, BE e Independente, com os votos contra das bancadas do PSD e CDS/PP e com a abstenção da bancada do MPT.-----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **José Falcão**, pela bancada do **BE**, foi apresentada declaração de voto que seguidamente se transcreve:-----

“Fizemos a alteração, porque o que é importante está no ponto 7 e isso reforça de facto a dificuldade que existe neste momento em manter órgãos de informação e isso é que era importante e por isso a proposta de alteração a esse segundo ponto. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Aceitámos e votámos favoravelmente até porque neste momento o ataque aos meios de comunicação é bastante intenso a todos os níveis e nesse sentido é bom que se tomem posições a salientar esta questão. A refletir sobre esta questão e a fazer com que os órgãos de soberania e os governos e os municípios possam refletir sobre este problema que nos parece a nós que é muito importante e pelos vistos também a esta Assembleia."

Pelo Sr.º **Presidente da Assembleia Municipal**, foi dada a palavra à **Sr.ª Presidente da Câmara**, para prestar os respetivos esclarecimentos.

Após este período, o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à consideração do plenário passar-se ao Período de Intervenção do Público, tendo sido Aprovado por Unanimidade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente da Assembleia** informou todos os presentes que se registou uma intervenção do público.

Usou da palavra o **Sr. Carlos Veríssimo**, tendo feito referência às taxas cobradas pelo SMAS e pelo IMI.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à **Sr.ª Presidente da Câmara Municipal**, para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes.

Havendo quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**.

PONTO 1 – SEGURANÇA NO CONCELHO DE ODIVELAS

Presente para apreciação, o Relatório da Comissão Especializada Permanente do Poder Local e Segurança das Populações, da Assembleia Municipal de Odivelas, referente às visitas efetuadas às



Assembleia Municipal de Odivelas

esquadras do concelho de Odivelas, que se encontra arquivado na pasta da presente reunião pelo que se dá como reproduzido. -----

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Deputado Luis Salmonete para apresentação do relatório acima referido.-----

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Comissário António Resende, para prestar esclarecimentos que tiver por convenientes.-----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:----

José Falcão, pela bancada do BE; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"Vou começar por fazer referência ao último assunto que estava a falar. Também concordo com o que foi dito, mas também sabemos que infelizmente este governo, começou a ter uma figura que é o provocador destro da manifestação. E sabemos que isso acontecer, foram denunciadas pelos agentes policiais nalgumas manifestações, e é bom que nós compreendamos que a polícia não é para isso que é chamada e não devia ser utilizada para esses meios ilegítimos e anti democráticos na participação das manifestações. E algumas das manifestações foram completamente pacíficas, mas devido a provocações policiais dentro das manifestações correram mal. E portanto isto também é bom que esteja assinalado porque foi visível e demonstrado, e os agentes foram identificados.-----

Quando se fala em segurança esta não é só a polícia. A segurança é não haver guetos nas cidades, a melhor forma de promover a criminalidade é haver vida nas cidades, aldeias, não haver os guetos para pobres ou ricos. Agora é moda até mais em Lisboa, até em bairros absolutamente que nunca seria de pensar uma coisa destas, de estarmos arranjar guetos que depois evidentemente transforma as cidades em desertos que propicia a situações de violência e criminalidade. Evidentemente que isto também tem a ver com as políticas. E uma das minhas perguntas, que já obtive resposta, é saber o que é a polícia pretende fazer com a criminalidade que deriva da crise, mas por outro lado também considero que não deve ser a polícia a responder. Apraz-me que muitas vezes se provocam medidas por parte da imprensa, (diga-se de passagem), que também nós temos denunciado, provocam armadilhas sobre esses guetos, sobre a coloração da criminalidade e tenho assistido a isso. Inclusivamente estive num programa de televisão onde isto estava completamente armadilhado, e o comissário também da esquadra de polícia, neste caso era de Setúbal, ajudar a desmontar a tonalidade que se quer dar aos crimes, e responsabilizar grupos específicos, ainda bem que muita gente hoje e também nas forças de polícia, fogem a esse discursos e também assistimos a isso, por exemplo aquele assalto ao BES, foi notório o interesse da



Assembleia Municipal de Odivelas

imprensa em saber quem eram as pessoas que tinham assaltado, isso já foi denunciado. Mas são estes casos que são importantes realçar e formar todos (agentes polícia, agentes de informação e a população em geral). É muito importante que nós não acendamos ou pelo menos não ateemos os barris de pólvora, e não "atiremos mais achas para fogueira", em situações de criminalidade.-----

Procurar bodes expiatórios que normalmente sabemos quem são, quem são vítimas principais neste caso dessa criminalidade, é grave. E nós sinalizamos estes discursos com alguma preocupação sobre estas temáticas, por parte de muitos comandantes de polícia, às vezes não tanto dos agentes mas muitos de comandantes de polícia, porque eu tenho contatado com alguns, e isso apraz-me registar. E é muitíssimo importante que compreendamos isso. -----

A criminalidade, a segurança não são casos de polícia só, são casos de organização territorial, é muito importante que se compreenda a potencialidade que um território mal ordenado, mal organizado contribuiu para essa violência. Portanto este problema não específico das forças segurança, é um problema específico de uma sociedade destruída, a todos os níveis que é preciso ter cuidado e compreender o que acontece. A começar na educação, passando pelo tecido económico, a pensar nos guetos que se constroem, nas cidades e fora das cidades, a pensar na falta de segurança não por haver agentes, mas por causa de como é pensada a cidade. Tudo isto faz parte de uma discussão sobre segurança, e limitar essa discussão começando por convidar o Sr Comissário, é de facto mau. Evidentemente não é a PSP que tem culpa, mas temos essa mania de olhar para segurança desta forma, e nunca deverá ser assim."-----

Miguel Cabrita, pela bancada do PS-----

Presidente de Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, em nome pessoal-----

Luis Salmonete, pela bancada do PSD proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"Em primeiro lugar e na qualidade de coordenador da Comissão do Poder Local e Segurança das Populações, agradeço a presença do senhor comissário Resende que, mais uma vez, a nosso convite, se desloca à Assembleia Municipal de Odivelas para falar sobre a situação da segurança no Concelho de Odivelas e se, for caso disso, responder a algumas questões. -----

Como ponto prévio, senhor Comissário, a perceção que temos da segurança, ou, da falta dela é dada essencialmente pela comunicação social e por algumas situações que vamos tomando conhecimento através de vizinhos e amigos, e a perceção que temos é que, eventualmente se esteja a assistir a um aumento da criminalidade. É verdade? -----

E a ser verdade esse eventual aumento da criminalidade verifica-se com maior incidência em alguns locais do concelho, por outras palavras, há locais no concelho de Odivelas que exigem maior atenção das autoridades? -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Com sabe senhor comissário a comissão visitou as esquadras da PSP no concelho e teve ocasião de constatar o estado das mesmas, que é péssimo, não tanto na esquadra de Caneças, mas nas restantes isso é perceptível.-----

Também tivemos a percepção que o equipamento nuns casos é obsoleto e noutros não está nas melhores condições e quando estamos a referir equipamentos estamos a falar do material informático e do mobiliário.-----

Também relativamente às viaturas ao serviço da PSP gostaríamos de saber qual é a situação atual, porque, no início do ano tivemos conhecimento que muitas das viaturas estavam inoperacionais.-----

Por último gostaríamos de saber se a situação das chamadas chefias intermédias está ultrapassada e se eventualmente houve redução de agentes ao serviço. Para já é tudo.-----

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ramada, **Francisco Bartolomeu**, pela bancada da CDU; -----

Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Vitor Machado**, pela bancada do PSD -----

Presidente da Junta de Freguesia da Povoia de Santo Adrião, **Rogério Breia**, pela bancada do PS -----

Presidente da Junta de Freguesia da Pontinha, **Eugénio Marques**, pela bancada do PS -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Sr. Comissário António Resende**, para prestar esclarecimentos que tiver por convenientes.-----

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Sr. Comissário António Resende**, para prestar alguns esclarecimentos adicionais.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à **Sr.ª Presidente da Câmara Municipal**, para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes-----

PONTO 2 – PRÉMIO DE DISTINÇÃO EMPRESARIAL – PROPOSTA DE REGULAMENTO E FORMULÁRIO DE CANDIDATURA -----

Presente para deliberação, o Prémio de distinção empresarial - Proposta de regulamento e formulário de candidatura, de acordo com a informação nº 2012/9170 de 2012.09.25, remetida pela Senhora Presidente



Assembleia Municipal de Odivelas

a esta Assembleia Municipal, aprovada na 19ª Reunião Ordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 03.09.2012, que se encontra arquivado na pasta da presente reunião pelo que se dá como reproduzido.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à **Srª Presidente da Câmara** para apresentação do referido Ponto.-----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"Gostava mais que a Câmara nesse aspeto respondesse à pergunta da comissão de atividades económicas, sobre qual é o tecido empresarial do concelho, do que criar prémios. Já temos vários.----- Os prémios que vão ser apresentados e as condecorações, e para os empresários. Qualquer dia temos o premio para quem vende mais bolas de Berlim, e o premio para quem atravessa melhor a passadeira, eu acho que de facto vejo pouco sentido numa situação destas, tendo em conta que já há as condecorações, portanto as pessoas podem ganhar ou não, esse reconhecimento através dos prémios que o concelho já dá para haver um outro concurso. Francamente não vejo interesse nenhum. Vejo interesse em saber como é o tecido empresarial, e não há meio de ser respondida e já foram feitas, vai fazer já três anos que estas perguntas foram colocadas à Câmara, por parte da comissão. Penso que passava por aí, sabermos o que se passa, e deixarmo-nos destas coisas, porque me parece que não têm sentido absolutamente nenhum."-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas PS, CDU, PSD, CDS/PP, MPT, Independente e com o voto contra da bancada do BE.-----

PONTO 3 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DO 14º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS – MEDALHA DE HONRA DO MUNICÍPIO, GRAU OURO

Presente para deliberação, a Proposta de atribuição de medalhas municipais no âmbito do 14º Aniversário do Município de Odivelas - Medalha de Honra do Município, Grau Ouro, de acordo com a Proposta nº 08/PRES/2012 de 2012.09.27, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 19ª Reunião Ordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 03.09.2012, que se encontra



Assembleia Municipal de Odivelas

arquivado na pasta da presente reunião pelo que se dá como reproduzido.-----

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra à Sr^a Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto.-----

Procedeu se ao escrutínio secreto da atribuição da Medalha de Honra do Município, Grau Ouro: ao Instituto de Odivelas, à PSP de Odivelas, à Maria José Barroso e à Comissão Instaladora do Município de Odivelas; -----

Tendo-se obtido a seguinte votação: -----

Registaram 37 votações no total e 1 Voto nulo.-----

Instituto de Odivelas-----

Votos contra: 2-----

Votos favor: 33-----

Votos Branco: 1-----

PSP de Odivelas-----

Votos contra: 2-----

Votos favor: 33-----

Votos Branco: 1-----

Maria Jesus Barroso-----

Votos contra: 12-----

Votos favor: 22-----

Votos Branco: 2-----

Comissão Instaladora do Município de Odivelas-----

Votos contra: 4-----

Votos favor: 30-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Votos Branco: 2

Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente da Assembleia** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 23h50m, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 2.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente.

O Senhor Presidente:

O 1º Secretário:

O 2º Secretário: